THE LOCAL GOVERNMENTS AND MUNICIPAL AUTHORITIES (LGMA) CONSTITUENCY

POSIÇÃO PARA A COP31 DA LGMA CONSTITUENCY

O Acordo de Paris só será implementado com o engajamento de todos os níveis de governo

A LGMA também apresenta recomendações detalhadas, contexto e propostas de texto de negociação em nosso Guia para Negociadores, que acompanha esta Posição para a COP31 e mostra como cada pedido pode ser operacionalizado.

cities-and-regions.org/cop31-lgma-position

Como LGMA, acreditamos que, para que a agenda climática global tenha êxito, os poderes de decisão de todos os níveis de governo, incluindo os governos locais, regionais e subnacionais, precisam ser defendidos, ouvidos e plenamente mobilizados para impulsionar uma ação climática mais ambiciosa, justa e inclusiva.

No processo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a circunscrição LGMA representa os interesses dos governos e autoridades de municípios, vilas, cidades, condados, territórios, províncias, regiões e estados, bem como de governos descentralizados e outras jurisdições subnacionais (doravante "governos locais, regionais e subnacionais"), muitos dos quais detêm competências regulatórias, fiscais e de planejamento essenciais para a implementação no território.

O processo multilateral elevou a ambição global por meio das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), do Balanço Global (GST) e das decisões da Conferência das Partes (COP). Com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) tendo concluído recentemente que ultrapassar 1,5 °C é agora inevitável, enfrentamos maiores riscos de impactos irreversíveis, pontos de inflexão e limites da adaptação. Todos os níveis de governo terão cada vez mais de tomar decisões difíceis em contextos de incerteza: o que proteger, o que reconstruir de outra forma e o que fazer com lugares que podem se tornar inabitáveis.

Portanto, a próxima fase deste processo deve se concentrar na implementação, com os governos subnacionais como parceiros indispensáveis dos governos nacionais e das instituições internacionais. Precisamos de soluções que reflitam as realidades da execução e estejam enraizadas nos contextos locais, especialmente no Sul Global, onde os governos subnacionais muitas vezes têm planos e prioridades, mas não dispõem dos marcos nacionais habilitadores, dos mandatos descentralizados, dos sistemas fiscais, do apoio à preparação de projetos e do acesso ao investimento necessários para concretizá-los.

Convocamos as Partes do Acordo de Paris, as presidências atuais e futuras das COPs da UNFCCC, os signatários da Coalizão para Parcerias Multinível de Alta Ambição para a Ação Climática (CHAMP), o Secretariado da UNFCCC e as demais circunscrições observadoras da UNFCCC a operacionalizar soluções essenciais com todos os níveis de governo, por meio de:

1. **Alcançar um resultado sobre transição energética que reconheça e acelere a execução subnacional para retornar à trajetória de 1,5 °C**. Nos países da OCDE e da UE, os governos subnacionais foram responsáveis por 69% do investimento público relevante para o clima e por 63% da despesa pública relevante para o clima em 2019 e, ainda assim, sua capacidade de execução permanece em grande medida excluída estruturalmente da arquitetura de mitigação do processo multilateral. As Partes devem incorporar a eletrificação com energia limpa nos níveis local, regional e subnacional, a expansão das energias renováveis, as estratégias de eficiência energética e sistemas urbanos e regionais resilientes e eficientes, bem como o planejamento do uso do solo, à Missão de Belém para 1,5, ao Acelerador Global de Implementação (GIA) e à implementação das NDCs 3.0. Isso significa conceder aos governos locais, regionais e subnacionais o mandato, o financiamento e a autoridade regulatória para conduzir a transição gerida para longe dos combustíveis fósseis, antes que se feche a janela para reverter a ultrapassagem de 1,5 °C.

2. **Priorizar um resultado ambicioso sobre transição justa** e incluir de forma significativa a representação subnacional no Mecanismo de Belém-Antália para Transições Justas Globais (BAM), para que os resultados nacionais estejam enraizados nas necessidades e realidades locais e gerem benefícios tangíveis que cheguem aos trabalhadores e às comunidades no nível local.

3. **Institucionalizar o financiamento climático multinível por meio de arquiteturas de apropriação nacional que capacitemos governos locais, regionais e subnacionais** a mobilizar recursos adicionais, ampliar o espaço fiscal e acessar financiamento previsível e acessível, apoiados por plataformas-país inclusivas, de intermediação financeira dedicada (como bancos públicos de desenvolvimento nacionais e subnacionais) e de apoio técnico especializado e financiado à preparação de projetos. O acesso ao financiamento climático multinível deve ser incorporado como princípio central de implementação nos principais processos financeiros, como o Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático, o Fundo para Responder a Perdas e Danos (FRLD), o Objetivo Global de Adaptação (GGA) e o Climate Implementation Bridge, juntamente com o fortalecimento da capacidade institucional e técnica dos governos subnacionais para desenvolver projetos prontos para receber investimentos e agregar prioridades locais em carteiras de investimento escaláveis.

4. **Continuar a defender o papel central da ciência independente no processo das COPs**, que fornece a base de evidências para apoiar a agenda climática global e a tomada de decisão. Isso inclui utilizar os dados do próximo Relatório Especial sobre Mudança do Clima e Cidades do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e assegurar que as contribuições dos governos locais, regionais e subnacionais sejam refletidas no Segundo Balanço Global.

5. Reconhecer que a implementação do Acordo de Paris exige todos os níveis de governo, como reconhecido explicitamente no preâmbulo do Acordo de Paris, e **criar, em um prazo apropriado, um espaço sistemático e conjunto para que as Partes e os governos locais, regionais e subnacionais discutam as barreiras à ação multinível e as formas de superá-las**, em resposta ao próximo lançamento do Relatório Especial do IPCC sobre Mudança do Clima e Cidades e como parte do Segundo Balanço Global.

6. **Acelerar a implementação do Objetivo Global de Adaptação e dos Planos Nacionais de Adaptação (PNAs), fortalecendo seu alinhamento com a ação local integrada e o apoio a ela**, ação que conecta considerações de clima, biodiversidade, água, uso do solo e saúde pública. Isso exige mobilizar financiamento previsível para adaptação, fortalecer as avaliações de risco e ampliar os sistemas de alerta precoce, oferecer conhecimento e apoio técnico aos governos locais, regionais e subnacionais e assegurar que o marco do GGA reconheça e meça o progresso em todos os níveis de governo por meio de seus indicadores.

Em todo o mundo, os governos locais, regionais e subnacionais já estão mostrando o que é possível. Muitos estão acelerando a implementaçãopor meio de planos e compromissos anuais ambiciosos, e sua experiência mostra o quanto mais poderia ser alcançado com a cooperação multinível. Os governos subnacionais estão promovendo soluções essenciais de adaptação, mitigação, eletrificação com energia limpa e transição justa, fortalecendo as NDCs e os PNAs e conectando prioridades locais a objetivos globais. Nos países que

endossaram a CHAMP, os compromissos climáticos dos governos locais poderiam fechar 37% da lacuna entre as NDCs atuais e uma trajetória alinhada ao Acordo de Paris até 2030.

Embora um relatório recente da ONU-Habitat mostre que 80% das NDCs apresentadas contêm conteúdo urbano bem desenvolvido, esses planos precisam ser implementados em consulta com os governos subnacionais. O que precisamos agora são processos internacionais capazes de viabilizar e acelerar ainda mais esse avanço.

Traduzir com êxito os compromissos globais em resultados tangíveis para as comunidades exige coordenação estreita entre todos os níveis de governo. Um engajamento mais sistemático e substantivo com os governos locais, regionais e subnacionais pode gerar planos nacionais de mitigação, adaptação e transição justa mais coerentes em termos de políticas, que podem ser implementados mais rapidamente e são mais bem adaptados à realidade das comunidades. Isso também oferece melhores informações territoriais, identificação mais precoce das barreiras à implementação, maior capacidade de execução e mais transparência sobre o que acontece abaixo do nível nacional.

Esse engajamento multinível fortalece a própria arquitetura de prestação de contas do Acordo de Paris: um fluxo sistemático de dados subnacionais melhora diretamente a qualidade dos relatórios nacionais no âmbito do Marco de Transparência Reforçado, enquanto estruturas de coordenação formalizadas podem ajudar a fechar a lacuna entre a ambição nacional e a implementação no território. Um espaço multinível sistemático também oferece às Partes um canal mais eficiente para a capacitação, fechando a lacuna de mão dupla na qual órgãos nacionais muitas vezes não têm capacidade para dialogar com parceiros subnacionais, e os governos subnacionais não têm capacidade para participar do ciclo das NDCs. E, como os governos subnacionais já são responsáveis por boa parte do investimento público relevante para o clima em muitos países, destravar seu acesso ao financiamento não é um pedido paralelo, mas uma alavanca direta para que as Partes fechem suas próprias lacunas de financiamento das NDCs.

Espera-se que o próximo Relatório Especial do IPCC sobre Mudança do Clima e Cidades ofereça uma base científica importante e mais evidências sobre o papel central dos governos locais, regionais e subnacionais na ação climática global. Ao avaliar e sintetizar as evidências mais recentes da ciência climática urbana, o relatório pode ajudar as Partes a considerar como as políticas, os planos e os marcos de implementação climáticos podem engajar melhor todos os níveis de governo.

A COP31 oferece muitas oportunidades para reforçar a cooperação entre todos os níveis de governo. O desenvolvimento do GIA, a Missão de Belém para 1,5, a Agenda de Ação da COP31 (com foco em eletrificação, redução de resíduos e cidades resilientes), o BAM, o Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático, o Diálogo Veredas sobre o Artigo 2.1(c), o FRLD, o Diálogo anual GST-NDC e os indicadores do GGA oferecem processos concretos para fechar a lacuna entre os compromissos globais e a implementação no território. A COP31 também sucede, neste ano, à COP17 da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e à COP17 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), e o trabalho crescente das Convenções do Rio sobre sinergias é uma oportunidade para alinhar NDCs, PNAs, Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANBs) e metas de neutralidade da degradação da terra nos territórios que os governos locais, regionais e subnacionais planejam e administram. Com todas essas oportunidades para

contribuições subnacionais, precisamos agora, mais do que nunca, de um único espaço sistemático e conjunto para destravar a implementação e o financiamento das parcerias climáticas multinível.

Nossos pedidos refletem a disposição dos governos locais, regionais e subnacionais de atuar como parceiros essenciais dos governos nacionais na implementação do Acordo de Paris, garantir a resiliência de nossas comunidades e viabilizar uma transição justa para a economia verde. Com o fechamento da janela para limitar a ultrapassagem de 1,5 °C, a hora de trabalhar em conjunto é agora.

A LGMA também apresenta recomendações detalhadas, contexto e propostas de texto de negociação em nosso Guia para Negociadores, que acompanha esta Posição para a COP31 e mostra como cada pedido pode ser operacionalizado.

Signatários da Posição para a COP31 da LGMA Constituency

GLOBAL TASKFORCE OF LOCAL AND REGIONAL GOVERNMENTS

ICLEI Local Governments for Sustainability

C40 CITIES

European Committee of the Regions

GLOBAL COVENANT of MAYORS for CLIMATE & ENERGY

FMDV Supporting local authorities to access funding

Regions4 Sustainable Development

UCLG United Cities and Local Governments

UNDER 2° SECRETARIAT THE CLIMATE GROUP

Sons and Daughters of Africa Inc (SADA)

ABM Associação Brasileira de Municípios

UITP ADVANCING PUBLIC TRANSPORT

CPAWS-OV

Upper Denkyira East Municipal Assembly

CADIRE BUSINESS COMMUNITY INTERNATIONAL

APSDHISAR

IFLA INTERNATIONAL FEDERATION OF LANDSCAPE ARCHITECTS

CITYNET THE REGIONAL NETWORK OF LOCAL AUTHORITIES FOR THE MANAGEMENT OF HUMAN SETTLEMENTS

CHD GROUP nurturing a healthy world Holding UNECOSOC Special Consultative Status

GLOBAL CITIES HUB GENEVA

Viable Cities

Mobilise YourCity

POVERTY TRANSITION INITIATIVE PTI "POVERTY EQUALS VIOLENCE"

SCITECH DIPLOHUB BARCELONA SCIENCE AND TECHNOLOGY DIPLOMACY HUB

ISOCARP Knowledge for Better Cities

EACLGA EAST AFRICAN COUNTY AND LOCAL GOVERNMENTS ASSOCIATION

ACR+

MARMARA MUNICIPALITIES UNION

UCLG ASPAC United Cities and Local Governments Asia-Pacific

AIPH

Signatários da Posição para a COP31 da LGMA Constituency

RESILIENT CITIES NETWORK

GOULBURN MURRAY CLIMATE ALLIANCE

ASARA FOR HUMANITY NETWORK

DAWN OF FUTURE
dawn-of-future.cn

AMB Àrea Metropolitana de Barcelona

EAGA
EASTERN ALLIANCE FOR GREENHOUSE ACTION

CENTRE FOR ENVIRONMENT, HUMAN RIGHTS & DEVELOPMENT FORUM - CEHRDF

CNCA

AER
Assembly of European Regions

የኢትዮጵያ ከተሞች የጥብብር መድረክ
Ethiopian Cities Association

CVUC UCCC

WWF

ASSOCIATION OF LOCAL GOVERNMENTS OF NIGERIA
ALGON

75 YEARS CCRE CEMR

CLIMATE ALLIANCE

clgf

MI URBAN TRANSITIONS MISSION

CITIES CLIMATE FINANCE LEADERSHIP ALLIANCE

ALCALDÍA DE CUENCA

Elected Officials to Protect the Earth

FCM FEDERATION OF CANADIAN MUNICIPALITIES FÉDÉRATION CANADIENNE DES MUNICIPALITÉS

KS

HEALTHY CITIES NATIONAL NETWORK OF TÜRKİYE

CONCITO

Assoċjazzjoni Kunsilli Lokali
Local Councils' Association Malta

FOOD Plymouth

Signatários da Posição para a COP31 da LGMA Constituency